

### Correspondência dos autores

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Marília, SP - Brasil  
[juliana.ancanello@unesp.br](mailto:juliana.ancanello@unesp.br)

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Marília, SP - Brasil  
[helen.castro@unesp.br](mailto:helen.castro@unesp.br)

## Contribuições dos *frameworks* DigComp e MIL para combate às *fake news* e à desinformação

Juliana Venancio Ançanello<sup>1</sup> Helen de Castro Silva Casarin<sup>2</sup>

### RESUMO

**Introdução:** O consumo de informações e de notícias no ambiente virtual, caracterizado pelo conteúdo infinito, conexão permanente e excesso informacional, dificulta o discernimento do que é ou não uma informação factual. **Objetivo:** Investigar quais são as diretrizes propostas pelos documentos DigComp e MIL para preparar os indivíduos contra às *fake news* e a desinformação. **Metodologia:** Utilizou-se a Análise de Conteúdo, mais especificamente a análise categorial, para análise dos frameworks selecionados. Foram criadas três categorias de análise com sete inferências. **Resultados:** Na categoria Conceitos-chave, apenas a inferência de desinformação é apresentada nos dois documentos. Há recomendações para a avaliação da informação em ambientes informacionais não tradicionais como inferido na categoria dois em ambos frameworks analisados. Verificou-se que o DigComp traz diretrizes pontuais quanto a categoria Habilidades, Conhecimentos e Atitudes, enquanto o MIL, contempla duas das três inferências propostas na categoria. **Conclusão:** Os documentos oferecem um conjunto de referenciais conceituais, pedagógicos e de estratégia-ação que oferecem elementos norteadores para a preparação dos usuários e é imprescindível que profissionais da informação sejam proativos em relação desinformação e *fake news*, além de conhecer, analisar e criticar os referenciais disponíveis para que desenvolvam estratégias fundamentadas na integração de diferentes competências a fim de preparar os sujeitos para utilizar os ambientes informacionais não tradicionais.

### PALAVRAS-CHAVE

Fake news. Desinformação. Competência midiática e informacional. Competência digital. Competência em informação.

## DigComp and MIL frameworks contribute to fight fake news and disinformation

### ABSTRACT

**Introduction:** The consumption of information and news in the virtual environment, characterized by infinite content, permanent connection and information overlode, makes it difficult to discern what is or is not factual information. **Objective:** The objective is to investigate what are the guidelines proposed by the DigComp and MIL documents to prepare individuals against fake news and misinformation. **Methodology:** Content Analysis, more specifically categorical analysis, was used to

analyze the selected frameworks. Three analysis categories were created with seven inferences. **Results:** In the Key Concepts category, only misinformation inference is presented in both documents. There are recommendations for the evaluation of information in non-traditional information environments as inferred in category two in both analyzed frameworks. It was found that DigComp brings specific guidelines regarding the Skills, Knowledge and Attitudes category, while the MIL includes two of the three inferences proposed in the category. **Conclusion:** The documents offer a set of conceptual, pedagogical and strategy-action references that provide guiding elements for the preparation of users and it is imperative that information professionals are proactive in relation to misinformation and fake news, in addition to knowing, analyzing and criticizing the available references to develop strategies based on the integration of different skills in order to prepare subjects to use non-traditional informational environments.

#### KEYWORDS

Fake news. Disinformation. Media and information literacy. Digital literacy. Information literacy.

#### CRediT

- **Reconhecimentos:** As autoras gostariam de agradecer ao Prof. Dr. Nova janela aberta em um iFrame. Utilize as setas do teclado para navegar no conteúdo ou tab para navegar entre os títulos. Pressione Esc para sair desta janela. José Augusto Chaves Guimarães
- **Financiamento:** Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), Código financeiro 001.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceitualização, Metodologia: ANÇANELLO, J.V; CASARIN, H. de C. S. Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Visualização, Escrita: ANÇANELLO, J. V. Administração do projeto, Supervisão, Escrita – revisão & edição: CASARIN, H. de C. S.

| 2

JITA: CE. Literacy.



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 24/11/2022 – Aceito em: 27/07/2023 – Publicado em: 09/08/2023

Editor: Gildenir Carolino Santos

## 1 INTRODUÇÃO

O compartilhamento ininterrupto e frenético de informação se tornou uma problemática relevante para a Ciência, dado que o ambiente virtual, caracterizado por um conteúdo infinito, uma conexão permanente e um excesso informacional. Logo, é possível observar uma problemática característica a esses ambientes; posto informação factual e não factual circulem numa conjuntura de superabundância. O que a pode facilitar a manipulação e a falta de confiabilidade da informação em rede, aspecto que atinge mais diretamente os indivíduos, que não necessariamente têm especialidade, conhecimento ou responsabilidade sobre o que compartilham. Essas reconfigurações quanto ao compartilhamento e uso da informação evidenciam novas demandas e desafios para pesquisadores das mais distintas áreas, incluindo a Ciência da Informação (CI).

Destaca-se que o cidadão, neste cenário, além de usuário, é também criador do conteúdo disponível na rede. A popularização da internet e das redes sociais, a partir do desenvolvimento de novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), possibilitou um mundo cada vez mais conectado em que o consumo de informações e de notícias, e as atividades educativas e de entretenimento por meio de telas têm crescido

Nesse contexto, a população brasileira pode ser considerada extremamente conectada uma vez que o número de usuários de Internet no país, até janeiro de 2023, atingiu a marca de 181.8 milhões de pessoas, isto é, 84.3% da população. E, relativamente às redes sociais, tem-se 116 milhões de brasileiros no *Facebook*, 116 milhões de usuários no *Facebook*, 142 milhões de usuários no *YouTube*, 113,5 milhões no *Instagram*, 108,4 milhões no *Whatsapp*, *Tiktok* com 82,21 milhões, *LinkedIn* com 59 milhões de usuários e *Twitter*, 24.3 milhões (Datareportal, 2023).

A internet, as TDIC, as redes sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas vêm sendo instrumentalizados para revigorar desinformação e *fake news*, até mesmo como os fenômenos apresentam configurações, sentidos e significados novos. Logo, há novas formas de impactar a sociedade, e como decorrência, tem-se a necessidade primordial de fomento de habilidades voltadas à avaliação de fontes e informações.

A vista disso, pretende-se investigar quais elementos são voltados para o enfrentamento das *fake news* e da desinformação nos documentos *Digital Competence Framework for Citizens* (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* (Grizzle et al., 2021) como subsídio aos profissionais da informação, especialmente bibliotecários que podem atuar na formação dos indivíduos em diferentes contextos, no sentido de evidenciar como os espaços informativos tradicionais e os não tradicionais, como a Internet, exigem novas estratégias para evidenciar como a desinformação e as *fake news* podem e são utilizados para manipulação social. Para tanto, busca-se responder mais especificamente quais são as diretrizes propostas pelos documentos selecionados para preparar os indivíduos contra as *fake news* e a desinformação e em que medida tais diretrizes são complementares entre si ou contemplam aspectos semelhantes.

## 2 O QUE É CIÊNCIA CIDADÃ?

Desinformação e *fake news* não são fenômenos novos (Fallis, 2015). O emprego de informações não factuais com o objetivo de manipulação antecede a invenção da Internet, Web, TDIC e redes sociais. Essas ferramentas mais recentes concederam um nível de autonomia aos usuários da informação nunca visto antes, além de proporcionar maior escalabilidade de compartilhamento de informação. E, se por um lado, o uso da Internet, das TDIC e redes sociais cria possibilidades diversificadas e inesperadas de disseminação de informação e conhecimento, por outro, também concebe ambientes em que a manipulação da informação é facilitada.

Santos-D'Amorim e Miranda (2021) analisam os termos informação incorreta (*misinformation*), desinformação (*disinformation*) e má informação (*malinformation*) destacando a dificuldade em se apresentar um consenso sobre a definição semântica dos conceitos. É necessário observar a pluralidade de tipos e níveis de desinformação para que se possa de fato compreender o fenômeno, pois este engloba diferentes contextos de informação como incompleta, distorcida, falsa, manipulada, desatualizada ou descontextualizada. Neste artigo serão enfocados os termos *fake news* e desinformação.

Os estudos sobre desinformação, inicialmente a definiam como falta de informação, mas a partir dos anos 2000, as pesquisas relacionadas ao tema introduziram aspectos mais abrangentes, dada a complexidade do fenômeno, como informação distorcida, imprecisa, descontextualizada, e apelativas às crenças pessoais e emoções (Heller; Jacobi; Borges, 2020). A desinformação pode ser caracterizada como um fenômeno em que a informação não factual e/ou enganadora é propositalmente criada e disseminada em que a manipulação tem por objetivo a obtenção de vantagens políticas e econômicas, causando prejuízos à Democracia (European Commission, 2018).

Uma das ferramentas da desinformação (Heller; Jacobi; Borges, 2020), as *fake news* podem ser entendidas como um conteúdo falso que mimetiza o formato de notícias jornalísticas que é utilizado para atrair a atenção do leitor, com a intenção de desinformá-lo, obter algum tipo de benefício ou objetivam a manipulação social (Allcott; Gentzkow, 2017, Lazer *et al.*, 2018, Wardle; Derakhsha, 2019). Os processos relacionados à garantia de confiabilidade, precisão e qualidade da informação são propositalmente preteridos e o usuário é induzido a acreditar que uma *fake news* é de fato uma informação factual (Lazer *et al.*, 2018).

As *fake news* se apresentam na forma de fragmentos de documentos descontextualizados, manchetes sensacionalistas disponibilizadas, vídeos ou postagens de desconhecidos que afirmam ter informações privilegiadas de fontes seguras divulgadas em apps de mensagem instantânea e redes sociais. Contudo, ainda que seja atribuído um certo status de fonte de informação a esses conteúdos, a criação e o compartilhamento são feitos pelos próprios usuários sem controle algum (Tomaél; Alcará; Silva, 2021).

Uma estratégia utilizada pelos produtores das *fake news* é a intencionalidade deliberada de manipulação que visa a perda de racionalidade e cautela quanto ao uso da informação, comprometendo o processo de tomada de decisão individual e coletivamente (Lazer *et al.*, 2018; Domingos, 2022). As principais motivações para sua produção são: ideológica, política ou financeira (Tandoc Júnior; Lim; Ling, 2018, Araújo, 2021). Os ganhos financeiros são obtidos através da escala viral de disseminação das mesmas em redes sociais, já que ao incitar emoções negativas é recorrente que tais “notícias” ou “informações” alarmantes ou que tenham caráter de extrema urgência e perigo sejam disseminadas rapidamente e em grande escala, o que resulta em ganhos financeiros aos seus autores (Allcott; Gentzkow, 2017). Em suma, essas mimetizações de notícias total ou parcialmente falsas, e até mesmo descontextualizadas, são fabricadas e difundidas premeditadamente com a única função de enganar.

Segundo Tandoc *et al.* (2018), Vosoughi, Roy e Aral (2018) e Molina *et al.* (2021) há uma nova faceta mais intrincada do fenômeno, em que o termo “*fake news*” vem sendo usado não somente como alusão à notícia/informação falsa. Candidatos a cargos políticos o termo para descrever qualquer informação contrária à suas posições e/ou que abordem aspectos negativos dessas pessoas públicas e partidos, o que resulta em uma irremediável polarização da expressão (Vosoughi; Roy; Aral, 2018). Frequentemente utilizado como um clichê, o termo engloba também o aspecto de chavão político e ideológico empregado para minar a credibilidade de veículos de notícia, de jornalistas e até mesmo de qualquer indivíduo que tenha opinião contrária (Tandoc *et al.*, 2018; Molina *et al.*, 2021).

A expressão “*fake news*” está sob os holofotes desde a eleição presidencial estadunidense de 2016, na qual “fatos alternativos”, ou seja, não verdadeiros, foram ampla e declaradamente utilizados como estratégia de campanha pelo então candidato Donald Trump e

sua equipe, em prejuízo à realidade dos acontecimentos (Albright, 2017). No Brasil, o fenômeno ganhou forças nas eleições presidenciais de 2018, com o candidato eleito Jair Bolsonaro, se intensificaram com a pandemia do Covid-19 e seguem em voga nas eleições presidenciais de 2022.

No contexto brasileiro é possível identificar como as *fake news* são fundamentadas pelo racismo, machismo, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa, descrédito à ciência, moralismo e ataques à democracia. Nunes Júnior (2021) investiga a relação existente entre a desinformação e a viralização de *fake news* em relação a pessoas negras, evidenciando como o racismo estrutural no Brasil perpetua a construção da imagem do “criminoso” como diretamente ligada a homens negros. Evidencia-se também os ataques sistemáticos voltados a iniciativas de combate à homofobia e que promoveriam a ampliação de direitos para a população LGBTQIA+ que foram/são alvo de desinformação fomentada pelo uso de *fake news* que associam a defesa da “família tradicional brasileira” com o combate ao “kit gay” e à “ideologia de gênero (Maranhão Filho; Coelho; Dias, 2018; Nunes Júnior, 2021). Esse arquétipo da “família tradicional brasileira”, cis hétero cristã, é usado como instrumento de manobra de figuras políticas e/ou religiosas que se aproveitam do imaginário social para empurrar suas agendas. Quanto aos ataques à democracia, pode-se destacar as investidas contínuas ao sistema eleitoral eletrônico de votação que contribuem para a corrosão da confiança pública no sistema eleitoral brasileiro (Geronimo; Cerveró; Oliveira, 2022). Identifica-se o objetivo de mobilização pública através de conteúdos conspiratórios.

Dada a complexidade das *fake news* e da desinformação, é necessário que estas sejam avaliadas a partir de múltiplas perspectivas (Val Verde-Berrocoso; González-Fernández; Acevedo-Borrega; 2022), exigindo uma formação específica para tal, como é a proposta das competências relacionadas à informação e às mídias.

### 3 COMPETÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI COMO ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS

| 5

A competência em informação (CoInfo) é reconhecida como instrumento de empoderamento individual e social, contribuindo para uma participação efetiva dos cidadãos na sociedade. As transformações dos fenômenos de desinformação e *fake news* frente às mudanças relacionadas à Web, TIDC e redes sociais demonstram a importância da CoInfo, sendo pré-requisito educativo para o desenvolvimento e inclusão através do cunho analítico, reflexivo e responsável para uso da informação (UNESCO, 2003; IFLA, 2005). Contudo, há correntes teóricas que apontam que a noção de informação que permeia grande parte dos documentos relacionados à CoInfo não contempla a dinâmica dos ambientes online (Murawski *et al.*, 2019; Shabani; Keshavarz, 2021). Logo, os fundamentos da CoInfo foram aglutinados por outras competências, como a Competência Digital e a Alfabetização Midiática e Informacional.

Os frameworks *Digital Competence Framework for Citizens* (DigComp) (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* (MIL) (Grizzle *et al.*, 2021) propõem diretrizes para o fomento de competências essenciais aos indivíduos, principalmente relacionadas à informação nos âmbitos social e tecnológico para o século XXI. Estes dois documentos foram elaborados por órgãos oficiais, respectivamente Comissão Europeia e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ambas as organizações têm destaque internacional e ao longo dos anos se consolidaram na promoção do desenvolvimento de competências relativas às mídias e dispositivos digitais. Além disso, em ambos os documentos os conceitos de Competência Digital – DigComp e de Alfabetização Midiática e Informacional – MIL são apresentados como

termos guarda-chuva que integram diversas competências associadas às transformações dos fenômenos informacionais e tecnológicos.

A UNESCO tem liderado as ações em torno da alfabetização em mídia e em informação ao longo de décadas (Dudziak; Ferreira; Ferrari, 2017) e encabeça o projeto “Alfabetização de Mídia e Informação para Todos” desde 2012. A 10.ª Semana Global de Alfabetização de Mídia e Informação (MIL) ocorreu em 2021, e teve como foco como a pandemia que tem sido marcada pela desinformação, fenômeno que foi chamado de “infodemia”. O documento propõe a discussão dessas questões para elaborar um novo entendimento acerca da informação e de como ela é disseminada, destacando que também é preciso ir além de sistemas de educação formal para desenvolver novas ferramentas para alcançar todas as pessoas (Grizzle *et al.*, 2021). O evento de 2022 enfocou a urgência de um financiamento global para promover desenvolvimento da competência midiática e informacional na luta contra a desinformação e para construção da verdade (UNESCO, 2022).

O Projeto DigComp, é vinculado à Comissão Europeia através do *Joint Research Centre* (JRC) que realiza pesquisas desde 2005 visando aprimorar o uso das TDIC pelos cidadãos europeus para a aprendizagem, inovação e educação. Iniciado em 2010, o projeto DigComp teve sua primeira publicação em 2014. Este documento apresenta um framework que visa estabelecer um entendimento comum aos membros da comunidade europeia a respeito das habilidades digitais necessárias ao contexto atual e estabelece um parâmetro para verificação do nível de proficiência em DC para os cidadãos europeus. Ele tem sido constantemente atualizado e conta com diferentes versões, sendo a mais recente o DigComp 2.2, de 2022, que engloba o fenômeno de desinformação relacionado às novas e crescentes exigências no âmbito da competência digital.

Uma apreciação geral dos documentos permite verificar que a organização do conteúdo do DigComp é feita de forma mais dinâmica, por meio de quadros de competências, enquanto o MIL é dividido em duas partes e mais um glossário, o que possibilita maior profundidade da conceituação dos termos apresentados no texto. As entidades responsáveis por ambos os documentos afirmam que eles são direcionados ao público em geral, mesmo que o MIL seja apresentado como destinado a educadores e cidadãos. Contudo, é possível observar que conteúdo e orientações propostas pelo DigComp e MIL são voltados a especialistas como professores e bibliotecários dada a sua complexidade, detalhamento e organização. O DigComp apresenta níveis de proficiência a partir de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes pré-determinados que podem ser aferidos através de um instrumento específico disponibilizado na plataforma *Digital Skills & Jobs Platform* (European Commission, 2022) para realizar o teste de proficiência e oferece cenários contextualizados de trabalho e de educação, corroborando que especialistas, como profissionais da CI e educadores, devem coordenar a implementação das propostas do documento. Enquanto o MIL é um documento extenso e detalhado, que apresenta proposições pedagógicas estruturadas e atividades a serem desenvolvidas em grupo, o que dificilmente seria realizado por indivíduos não especializados ou fora do contexto educacional.

| 6

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como análise documental, pois engloba a apreensão, compreensão e análise de dois documentos (Cellard, 2012), nomeadamente os *frameworks Digital Competence Framework for Citizens - DigComp* (Competência Digital) (Silva; Behar, 2019) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely - MIL* (Alfabetização Midiática e Informacional) (Dudziak; Ferreira; Ferrari, 2017), com o objetivo de identificar as ações propostas nestes documentos para o combate às *fake news* e a desinformação.

A pesquisa documental engloba a apreensão, compreensão e análise dos dois documentos, nomeadamente os *frameworks Digital Competence Framework for Citizens* (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022) e *Media and Information Literate Citizens: think critically click wisely* (Grizzle *et al.*, 2021) a fim de obter informações pertinentes ao objetivo da pesquisa (Cellard, 2012).

Como procedimento de tratamento, análise e interpretação dos resultados aplicou-se a Análise de Conteúdo (AC), que é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 44).

Explicita-se que a escolha do método AC para alcançar indicadores por meio de sistematização e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, que permitam a inferência de conhecimentos relativos à descrição da realidade a partir de dados que não podem ser quantificados.

A aplicação do método seguiu a organização de Bardin (2016), quanto às diferentes fases da análise em três etapas.

A primeira, pré-análise, caracterizou-se como uma fase de organização, na qual foi realizada a leitura inicial dos documentos concomitante ao levantamento do referencial teórico relacionado à conjuntura CD, CMI, desinformação e *fake news* foi realizada uma leitura dos principais tópicos: apresentação, partes do conteúdo e histórico da organização que elaborou o documento. A partir desta fase foram elaborados os indicadores que orientaram a interpretação e análise formal dos documentos DigComp e MIL.

Na fase de exploração do material, os documentos foram analisados em maior profundidade com o objetivo de definir unidades de registro. A partir da revisão de literatura, elaborada pelas autoras, pode-se determinar que o tema seria a “unidade de registro, identificando congruências e divergências em ambos os documentos acerca dos temas. A última fase. As unidades de registro foram designadas a partir de 3 temas os quais também foram estabelecidos pelas pesquisadoras a partir da identificação de aspectos relevantes relacionados aos fenômenos desinformação e *fake news* com base no referencial teórico.

A terceira fase, de inferência e a interpretação, foi construída a partir dos pressupostos teóricos acerca de desinformação e *fake news*; como da exploração dos conceitos de Competência em Informação, competência Digital e Competência Midiática e Informacional. As inferências propostas foram fundamentadas nos contextos histórico e social, buscando identificar as ações propostas para combater as *fake news* e a desinformação em ambos os documentos, de acordo com o objetivo geral da pesquisa. As categorias e inferências foram agrupadas por semelhança, descrevendo os fatores que as unem, respeitando as qualidades mencionadas anteriormente.

Foram construídas três categorias de análise que estão explicitadas no Quadro 1.

Quadro 1. Categorias de análise e respectivas inferências

Categorias de Análise	Inferências
1. Conceitos chave	A – Definição de <i>fake news</i> .
	B – Definição de desinformação.
	A - Princípios para avaliação crítica da informação no contexto das TDIC, redes sociais, <i>apps</i> de mensagem instantânea e mídias.

2. Avaliação da informação	B- Princípios de avaliação pautados em processos objetivos que garantem exatidão, autoridade, objetividade, atualidade e abrangência acerca do que é uma informação factual.
3. Habilidades, conhecimentos e atitudes	A- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltadas especificamente ao combate à desinformação e às <i>fake news</i> .
	B- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao reconhecimento dos aspectos de manipulação das <i>fake news</i> .
	C- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao uso de ferramentas de checagem de fatos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

As categorias foram definidas a *posteriori* e buscou-se identificar as ações propostas nos documentos DigComp e MIL para combate às *fake news* e a desinformação, bem como apresentar as análises e reflexões sobre tais propostas nos documentos analisados.

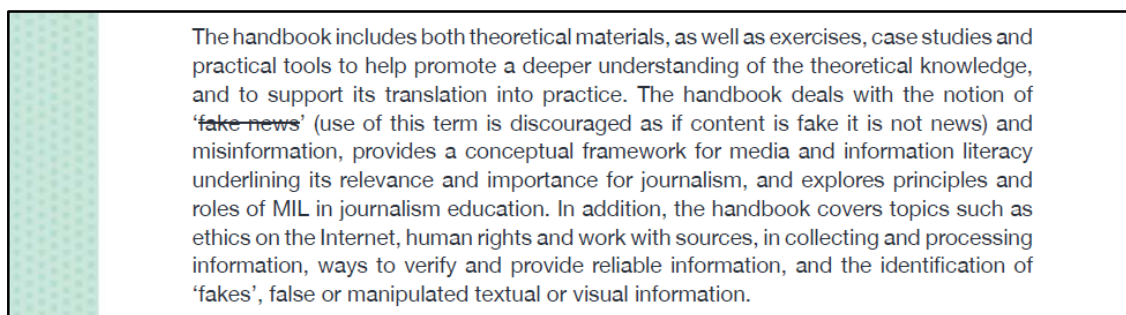
## 5 ANÁLISE DOS REFERENCIAIS DIGCOMP E MIL

A primeira categoria de análise, “Conceitos-chave”, verifica se e como os documentos abordam as definições de *fake news* e desinformação. Verificou-se que os dois documentos analisados possuem a definição de Desinformação, mas somente o MIL possui a definição de *fake news*. O DigComp emprega o termo “*fake news*” apenas três vezes em todo o documento e não apresenta uma definição do mesmo. Pode-se inferir que o termo é entendido neste documento como conteúdo falso ou enganoso e relacionado à desinformação, conforme o trecho “[...] desinformação em mídias sociais e sites de notícias (por exemplo, informações de verificação de fatos e suas fontes, *fake news*, *deep fakes*) [...]” (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022, p. 6, tradução nossa). A falta de uma definição clara de *fake news* no DigComp pode comprometer o entendimento do cidadão sobre o fenômeno, pois ainda que seja um termo muito popular e que tem obtido destaque na mídia nos últimos anos, em geral, não são elucidadas as suas principais características, como por exemplo, a mimetização do formato de notícia que leva o sujeito a acreditar que é uma informação factual (Lazer et.al, 2018) e o propósito de manipulação vide a perda de racionalidade (Domingos, 2022). Deste modo, a falta de uma definição do termo pode comprometer as estratégias apontadas para o combate das *fake news* apresentadas ao longo do documento.

O MIL, por sua vez, desencoraja o uso do termo “*fake news*” ao enfatizar que se um conteúdo é enganoso, ele não pode ser considerado como uma notícia, “[O MIL] Desacredita o termo popular ‘*fake news*’ e o chama do que realmente é – conteúdo falso ou errôneo” (Grizzle et al., 2021, p. 148, tradução nossa) e aponta que o uso dessa expressão pode ser empregado para suprimir notícias reais. O documento utiliza o recurso gráfico tachado nessa expressão ao longo de todo o texto, como se vê na figura 1:



Figura 1. Exemplo de uso do recurso tachado na expressão “fake news” no MIL



The handbook includes both theoretical materials, as well as exercises, case studies and practical tools to help promote a deeper understanding of the theoretical knowledge, and to support its translation into practice. The handbook deals with the notion of 'fake news' (use of this term is discouraged as if content is fake it is not news) and misinformation, provides a conceptual framework for media and information literacy underlining its relevance and importance for journalism, and explores principles and roles of MIL in journalism education. In addition, the handbook covers topics such as ethics on the Internet, human rights and work with sources, in collecting and processing information, ways to verify and provide reliable information, and the identification of 'fakes', false or manipulated textual or visual information.

Fonte: Grizzle *et al.*, 2021, p. 43.

Tal opção pode ser problemática, pois descrever *fake news* apenas como “conteúdo falso” não explicita a intencionalidade de manipulação social (Allcott; Gentzkow, 2017). Ainda que aponte que a popularidade de seu uso possa esconder informações factuais, não engloba como o termo *fake news* vem sendo usado também como bordão político e ideológico com o propósito de desacreditar informações verdadeiras (Tandoc *et al.*, 2018; Vosoughi; Roy; Aral, 2018; Molina *et al.*, 2021). Os apontamentos acerca de *fake news* e desinformação se concentram no Módulo 4 - *Media and Information Literacy Competencies to Tackle Misinformation, Disinformation and Hate Speech: in Defense of Truthseeking and Peace* no documento da UNESCO.

A desinformação é apresentada em ambos documentos pela intenção deliberada de enganar. O DigComp pontua que a desinformação impede o exercício pleno da cidadania e relaciona *disinformation* (desinformação) e *misinformation* (informação incorreta) para elucidar os conceitos por comparação: “[...] desinformação é informação falsa intencionalmente criada e disseminada para enganar as pessoas, enquanto a informação incorreta é informação falsa independentemente da intenção de enganar ou enganar as pessoas” (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022, p. 64, tradução nossa). Destaca-se que a desinformação engloba diferentes aspectos de conteúdo enganoso, impostor, fabricado, de conexões falsas, descontextualizado, manipulado, de teorias da conspiração e de mito (Grizzle *et al.*, 2021) no MIL. Ambos documentos relacionam o fenômeno à “infodemia”, evidenciando como a desinformação generalizada impactou os cidadãos durante a pandemia de Covid-19, especialmente por meio das mídias sociais, caracterizando-o como um elemento “desempoderador”.

A categoria de análise número 2, conforme indica o Quadro 1, engloba as recomendações para a avaliação da informação em ambientes informacionais não tradicionais e foram encontradas nos dois documentos analisados. As inferências desta categoria, concentram-se na Dimensão 1 – *Information and Data Literacy*, 1.2 “*Evaluating data, information and digital content*” do DigComp. O documento aponta a necessidade de compreender que os ambientes online contém todo tipo de informação e conteúdo, incluindo desinformação. Eles recomendam a verificação de diversas fontes sobre o tema com o intuito de identificar pontos de vista, vieses e preconceitos velados em determinadas informações e fontes de dados e assimilar que são causados por inúmeros fatores. Ressaltam ainda como os resultados de buscas e fluxos de atividades de mídia social precisam ser avaliados antes de serem consumidos e/ou compartilhados. Para isso, propõe-se identificar suas origens, encontrar autoria ou fonte da informação, distinguir relato de fato de opinião e determinar se os conteúdos são verdadeiras ou têm limitações de interesses econômicos, políticos ou religiosos (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022, p. 12), dado que as transformações sociais, além dos novos desafios tecnológicos, influenciam as práticas da CD (International Federation of Library Associations and Institutions, 2017). O DigComp recomenda que o cidadão se atente que algoritmos de

Inteligência Artificial que também podem conter vieses abarcando mensagem comercial ou política, e/ou que podem incluir estereótipos fazendo com que o usuário permaneça em bolhas sociais (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022, p. 12). Recomenda também que se questione sobre a qualidade da informação online e sobre os propósitos por trás da disseminação e amplificação da desinformação, além de estar atento aos “*clickbait*” que por meio de títulos apelativos, os quais geralmente não condizem com a temática abordada, induzem o leitor a conteúdos patrocinados ou indesejados (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022, p. 11-12, tradução nossa). Entende-se que os princípios sugeridos no documento direcionam para que a avaliação da informação e seu uso sejam pautados na criticidade do sujeito e têm como objetivo desenvolver um conjunto multifacetado de competências técnicas e cognitivas dos indivíduos para o uso das tecnologias de forma concomitante ao desenvolvimento de novas tecnologias e seus impactos sociais (Silva; Behar, 2019).

O MIL apresenta as inferências 2A e 2B (Quadro 1), principalmente no Módulo 3 - *Research, Information Cycle, Digital Information Processing, Intellectual Property*, em que o processo de avaliação da informação é descrito como crítico e que tem por objetivo verificar originalidade, confiabilidade e relevância das informações nos mais diferentes meios. Essa avaliação inclui aspectos de atualidade, temática e cobertura, em que é necessário ponderar sobre os elementos

[...] autoria, título, editora, local, data, índice e a bibliografia. Esses elementos existem sob instruções (jornal, revistas, anuários, anais), fontes da web (sites, mídia de massa, palestras, tweets, etc.), e outros tipos de fontes como patentes, padrões e mensagens da mídia (Grizzle *et al.*, 2021, p. 127, tradução nossa).

Nesse contexto, destaca-se o elemento chave Competência em Informação, que fomenta os conhecimentos e habilidades voltados ao acesso, avaliação e uso ético da informação fundamentados pela criticidade (Carlsson, 2019; Belluzzo; 2021), evidenciando a relação entre informação e poder, meios de comunicação tradicional e redes sociais a partir de perguntas “Qual é a identidade da (s) pessoa(s) por trás das informações geradas? O conhecimento dessas informações é importante e por quê?” (Grizzle *et al.*, 2021, p. 132, tradução nossa). Além de pautar o processo de avaliação na verificação do valor da informação, no qual o indivíduo é convidado a ponderar sobre questões de custo associadas à mídia tradicional, como jornais impressos e de televisão, e de mídias não tradicionais, como redes sociais e apps de mensagem instantânea, bem como questões relacionadas a despesas de armazenamento, recuperação e uso. É pontuado também que o valor da informação vai além do custo, é preciso refletir acerca dos benefícios que pode gerar e quais são as possíveis consequências da disponibilidade ou indisponibilidade de determinada informação em nível individual e coletivo.

Referente à investigação quanto a habilidades, conhecimentos e atitudes apresentados pelos documentos diretamente relacionados ao combate às *fake news* e a desinformação, foi proposta a categoria três (Quadro 1), a saber: A- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados especificamente ao combate à desinformação e as *fake news*; B- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao reconhecimento dos aspectos de manipulação das *fake news* e C- Estratégias sistematizadas que relacionam habilidades, conhecimentos e atitudes voltados ao uso de ferramentas de checagem de fatos. A análise revelou que o DigComp não apresenta estratégias sistematizadas correspondentes às inferências propostas nesta categoria, mas ressalta aspectos sobre o contexto em que as informações circulam e elementos a serem considerados pelos consumidores de informação. São conhecimentos que os indivíduos devem conhecer para lidar com o atual universo informacional, conforme é possível observar através do Quadro 2:

**Quadro 2.** Apontamentos do DigComp para o combate à desinformação e as *fake news*

Dimensão	Recomendações
Dimensão 1 "Information and Data Literacy"	Recomenda-se "[...] fazer perguntas críticas para avaliar a qualidade da informação online" atentar-se para "os propósitos por trás da disseminação e amplificação da desinformação." (p. 12, tradução nossa, grifo nosso)
	"Compreender que os ambientes online contêm todo tipo de informação e conteúdo, incluindo desinformação" Alertam ainda que embora "um tópico seja amplamente divulgado, isso não significa necessariamente que seja preciso." (p. 12, tradução nossa, grifo nosso)
	"Considerar a transparência ao manipular e apresentar dados [informação e conteúdos digitais] para garantir a confiabilidade e identificar os dados [informação e conteúdos digitais] que são expressos com motivos subjacentes (por exemplo, antiético, lucro, manipulação) ou de forma enganosa" (p. 14, tradução nossa).
Dimensão 2 "Communication and Collaboration"	Encoraja-se "Saber como sinalizar ou denunciar desinformação para verificação de fatos por organizações e para plataformas de mídia social, a fim de impedir que ela se espalhe (p. 18, tradução nossa, grifo nosso).
Dimensão 5 "Problem Solving"	"Sabe falar sobre a importância de se reconhecer <i>fake news</i> para os outros (por exemplo, idosos, jovens), mostrando exemplos de fontes de notícias confiáveis e como diferenciar entre os dois." (p. 49, tradução nossa).

Fonte: Adaptado de Vuorikari; Kluzer; Punie (2022).

O documento recomenda que sejam feitas "perguntas críticas" sobre a qualidade da informação, contudo não indica exemplos destas questões ou estabelece critérios para que o próprio indivíduo elabore tais questionamentos, nem define parâmetros para qualidade da informação. Indica a necessidade de compreensão acerca dos objetivos da desinformação de forma muito pontual e não discute como ocorre a manipulação e suas diferentes finalidades, que são apenas mencionadas.

Um ponto importante destacado no DigComp é que a popularidade de um conteúdo não necessariamente o torna verdadeiro, dado que existem câmaras de eco nas redes sociais e, por exemplo, correntes disseminam *fake news* em grupos de *WhatsApp*. Assim fica evidente que as TDIC possibilitam inovações quanto ao uso da informação, mas que os ambientes online englobam uma heterogeneidade de conteúdo que vai além da forma, reunindo um espectro amplo que contempla desde informação factual às *fake news*. Distribuem-se ao longo do documento apenas orientações pontuais que não englobam a complexidade de ações, conhecimentos e habilidades necessárias para que o cidadão esteja apto a reconhecer e combater a desinformação e *fake news*.

O Módulo 4 - *Media and Information Literacy Competencies to Tackle Misinformation, Disinformation and Hate Speech: in Defense of Truth-seeking and Peace* do MIL, contempla duas das três inferências propostas na categoria 3 (3A e 3B). O documento dá preferência ao uso do termo desinformação, já que desencoraja o emprego do termo "*fake news*", mas é possível inferir que engloba questões relacionadas à notícias falsas. Inicialmente, teorias e conceitos relacionados à verdade são explorados para que sejam elaboradas estratégias de combate à desinformação, caracterizando-a como instrumento de manipulação:

[...] identifique e discuta vários exemplos da vida real sobre a busca pela verdade e perspectivas conflitantes. Pense em relatos históricos de certos eventos bem conhecidos. Considere também o papel das mulheres na história e/ou sua contribuição para a independência de vários países de escolha (Grizzle *et al.*, 2021, p. 151).

Aponta-se que é preciso estudar casos e exemplos de conteúdo falso/enganoso, empregar uma abordagem baseada em questões que utilizam informações de diferentes fontes na pesquisa e que a informação seja analisada a partir de fundamentos da CoInfo (Grizzle *et al.*, 2021, p. 154-155). Uma estratégia recomendada é pautada na verificação do discurso de ódio, ainda que não corresponda necessariamente a desinformação: “[...] é também o caso que as expressões de ódio e hostilidade são muitas vezes sobrecarregadas com falsas e conteúdo enganoso” (Grizzle *et al.*, 2021, p. 155). O documento inclui algumas questões para o uso de ferramentas de checagem de fatos: “Essa afirmação pode ser verificada/checada? Por que ou por que não? Se pode ser verificada, como fazê-lo?” (Grizzle *et al.*, 2021, p. 162 tradução nossa). Para orientar o processo de checagem de fatos, encoraja-se que os cidadãos usem suas redes sociais para expor e denunciar informações enganosas e que incentivem outros de seu convívio a fazer o mesmo, mas não oferece diretrizes para o uso dessas ferramentas. Por exemplo:

Use as mídias sociais para expor e denunciar informações erradas. Compartilhar verificação de fatos sites para ajudar seus colegas a fazerem o mesmo. Assim você se constitui como uma fonte confiável e deixar pegadas de MIL para outros seguirem. (Grizzle *et al.*, 2021, p. 268, tradução nossa).

Ambos os *frameworks*, DigComp e MIL, oferecem um conjunto de referenciais conceituais, pedagógicos e de estratégia-ação que oferecem elementos norteadores quanto à integração de diferentes competências necessárias para os indivíduos no século XXI. A noção de termo guarda-chuva, que permeia ambos os documentos, possibilita que os conceitos de Competência em Informação, Competência Digital e Alfabetização Midiática e Informacional sejam trabalhados em conjunto, bem como relacionados a outras competências.

O uso da informação em ambientes digitais, principalmente em redes sociais, apps de mensagem instantânea e TDIC, evidenciam ainda mais a necessidade da aprendizagem ao longo da vida quanto aos processos informacionais, mídias e tecnologias. *Fake news* e desinformação são fenômenos complexos, é imprescindível que sejam discutidos e combatidos com base em perspectivas também complexas, como a CoInfo, CD e AMI.

| 12

## CONCLUSÃO

É inegável que as plataformas digitais e midiáticas, bem como as redes sociais, apps de mensagem instantânea e pluralidade de soluções tecnológicas inteligentes criaram ambientes informacionais que, se por um lado abrem um novo cosmos de possibilidades para a Educação, dá voz a minorias sociais e favorece a construção colaborativa de conhecimento. Esses ambientes informacionais não tradicionais hospedam conteúdo vasto e plural que inclui desinformação e *fake news*, discurso de ódio concomitante à informação factual, entretenimento, propaganda, memes e mais o que configura esse cenário como extremamente complexo, evocando a necessidade da aprendizagem de estratégias de verificação que estão além das tradicionais considerações sobre o tipo de fonte de informação, autor, e atualidade e abordagem do conteúdo. A convergência de movimentos de ação educativa voltados à informação, mídia e dispositivos digitais pode ser uma alternativa para identificação e combate das *fake news* e desinformação ao fomentar ao oferecer ferramentas, conhecimentos e habilidades que aguçam o cunho analítico e proativo do sujeito em relação à informação.

As diretrizes e estratégias apresentadas pelos documentos são complementares e contêm aspectos semelhantes. Isso porque, além da convergência de competências, os profissionais da informação podem utilizar ambos os documentos e para adaptá-los à realidade em que atua utilizando o instrumento do DigComp de enquadramento de CD aliado às atividades estruturadas de AMI, bem como os conteúdos mais detalhados sobre educação formal e informal de aprendizagem ao longo da vida fornecido pelo MIL.

É fundamental que profissionais da informação estejam atentos às discussões sobre desinformação e *fake news*, bem como relacionem, conheçam, analisem e critiquem os referenciais disponíveis para que possam preparar os usuários para utilizarem em ambientes informacionais não tradicionais através de estratégias fundamentadas em habilidades, conhecimentos e ações que garantam a participação social legítima e com equidade a todas as pessoas.

## REFERÊNCIAS

ALBRIGHT, J. Welcome to the era of fake news. **Media and Communication**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 87-89, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3ODwQVl>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal Of Economic Perspectives**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3Ox4GLR>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ARAÚJO, C. A. Á. Pós-verdade: novo objeto de estudo para a ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 94-111, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3OtENMS>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016. 141 p.

BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação no Brasil e o protagonismo científico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. p. 01-12, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3U57ctE>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARLSSON, U. Media and Information Literacy: field of knowledge, concepts and history. *In*: CARLSSON, U. (ed.). **Understanding media and information literacy (MIL) in the digital age: a question of Democracy**. Göteborg: Department of Journalism, Media and Communication (JMG), 2019. 272 p.

CASARIN, H. de C. S.; CERIGATTO, M. P. Articulação entre media e information literacy: uma nova alfabetização para a informação e a mídia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais do...** Marília: Unesp, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3i7acsl>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CELLARD, A. Análise documental. *In*: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, Á. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes; 2012. p. 464.

CENTER FOR MEDIA LITERACY. American Library Association. **Media Literacy: a definition and more**. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/3EqgdRq>. Acesso em: 06 maio 2021.

CORRÊA, E. C. D.; CUSTÓDIO, M. G. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 197-214, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3EB6vTr>. Acesso em: 22 mar. 2022.

DATAREPORTAL. **Digital 2023**: Brazil. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/43LOY5m>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DOMINGOS, I. M. El derecho fundamental a la información para luchar contra la corrupción y controlar las fake news en brasil. **Métodos de información**, v. 12, n. 23, p. 1-20, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3XF6J4H>. Acesso em: 05 set. 2022.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13. p. 213-253, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3tS6cOW>. Acesso em: 16 mar. 2022.

EUROPEAN COMMISSION. **A multi-dimensional approach to disinformation. Report of the Independent High level Group on Fake News and Online Disinformation**. Luxemburg: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3Ezyxi4>. Acesso em: 18 jul. 2022.

EUROPEAN UNION. **Digital Skills & Jobs Platform**. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3OsXsbH>. Acesso em: 22 out. 2022.

FALLIS, D. What is disinformation? **Library Trends**, v.63, n.3, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/3V3FZc3>. Acesso em 13 abr. 2022.

GERONIMO, A. dos S.; CUEVAS CERVERÓ, A.; OLIVEIRA, H. P. C. de. Fake news no ambiente digital: um fenômeno mercadológico de narrativas populistas nas redes sociais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 295–313, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3V06j6Y>. Acesso em: 6 set. 2022.

GILSTER P. **Digital literacy**. New York: John Wiley, 1997.

GRIZZLE, A. *et al.* **Media and Information Literate Citizens: Think Critically, Click Wisely!**. Paris: UNESCO, 2021. 403 p. Disponível em: <http://bit.ly/3GB2DV0>. Acesso em 12 abr. 2022.

HELLER, B.; JACOBI, G.; BORGES, J. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49, n. 2, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3VgQyYY>. Acesso em: 25 mar. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Statement on digital literacy**. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/3XF8xL1>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LAZER, D. *et al.* The science of fake news: addressing fake news requires a multidisciplinary effort. **Science**, [S.l.], v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 09 mar. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3gwGyfu>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MARANHÃO FILHO, E. M. de A.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 65-90, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3tVPVZo>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MARZAL, M. Á. A taxonomic proposal for multiliteracies and their competences. **Profesional de la información**, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 1-20, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3i7e6Bv>. Acesso em: 3 ago. 2021.

MOLINA, M. *et al.* “Fake news” is not simply false information: a concept explication and taxonomy of online content. **American Behavioral Scientist**, [S.l.], v. 65, n. 2, p. 180–212. Disponível em: <http://bit.ly/3GB3DIK>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MURAWSKI, M. *et al.* Social Media Information Literacy – What Does It Mean and How Can We Measure It?. In: PAPPAS, Ilias. *et al.* (ed.). **Digital Transformation for a Sustainable Society in the 21st Century**. Switzerland: Springer, Cham, 2019. 809 p.

NUNES JUNIOR, E. M. Mídia, fake news e racismo: o punitivismo dos boatos como legitimador da violência. **Revista Brasileira De Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 10–21, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3XtVSdG>. Acesso em: 17 jun. 2022.

OLIVEIRA, M. L. P. de; SOUZA, E. D. de. A competência crítica em informação no contexto das fake news: os desafios do sujeito informacional no ciberespaço. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: Enancib, 2018. p. 1-21. Disponível em: <http://bit.ly/3AH9ZIU>. Acesso em: 26 abr. 2021

PATRÍCIO, M. R.; OSÓRIO, A. Competência digital: conhecer para estimular o ensino e a aprendizagem. In: CONFERÊNCIA IBÉRICA EM INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO COM TIC, 4., 2016, Bragança. **Anais do...** Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2016. p. 175-189. Disponível em: <http://bit.ly/3EwDjwE>. Acesso em: 30 maio 2022.

REDDY, P.; SHARMA, B. Digital Literacy: a review of Literature. **International Journal of Technoethics**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 65-94, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/3XroKDi>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SANTOS-d’AMORIN, K.; MIRANDA, M. F. de O. Informação incorreta, desinformação e má informação: esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-23, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3EWknc0>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SHABANI, A.; KESHAVARZ, H. Media literacy and the credibility evaluation of social media information: students’ use of Instagram, WhatsApp and Telegram. **Global Knowledge, Memory and Communication**, [S.l.], v. 71, n. 6, p. 413-431, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3U08Igz>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SILVA, K. K. A. da; BEHAR, P. A. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, n. 1, p. 1-32, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/3GEuO5m>. Acesso em: 10 abr. 2022.

TANDOC JR., E.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “Fake News”. **Digital Journalism**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3GG7K67>. Acesso em: 06 jun. 2022.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; SILVA, T. E. da. Fontes de informação digital: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler. (org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2021. 306 p.

VALVERDE-BERROCOSO, J.; GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, A.; ACEVEDO-BORREGA, J. Disinformation and multiliteracy: A systematic review of the literatura. **Comunicar**, Huelva, v. 70, n. 1, p. 97-110, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3V3BXAq>. Acesso em: 8 set. 2022.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, [S. l.], v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3OypSkg>. Acesso em: 18 jul. 2022.

VUORIKARI, R.; KLUZER, S.; PUNIE, Y. **DigComp 2.2**: the Digital Competence Framework for Citizens. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022. 134 p. Disponível em: <http://bit.ly/3gte7PE>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNITED NATIONS. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Abuja declaration on global financing for media and information literacy**: An imperative to fight against disinformation and build trust. Paris, 2022.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Módulo 2: Reflexão sobre a “desordem de informação”: formatos da informação incorreta, desinformação e má-informação. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (ed.). **Jornalismo, fake news e desinformação**. Paris: UNESCO, 2019. 129 p.